

Joinville - SC, 05 de maio de 2025.

Aos acionistas da
FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2024 comparativas à 31 de dezembro de 2023.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 01 de agosto de 2017 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social (i) Exploração do negócio de Aquisição e securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, imobiliários, financeiros, agronegócio; (ii) Emissão de debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76; (iii) Realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos.

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A

Diretor Presidente

André Effting Vanderlinde

Balço Patrimonial dos Exercícios Findos em:
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	238.650	179.435
Contas a receber	6	68.717.809	52.009.829
Impostos a recuperar		1.017.001	1.016.981
Outros créditos	7	5.666.065	3.504.722
Total do Ativo Circulante		75.639.525	56.710.967
Ativo não Circulante			
Imobilizado	8	467.150	538.473
Intangível	9	637.943	643.481
Ativo fiscal diferido	10	4.304.640	4.304.640
Total do Ativo não circulante		5.409.733	5.486.594
Total do Ativo		81.049.258	62.197.561
PASSIVO			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante			
Fornecedores		38.457	89.267
Empréstimos e financiamentos		64.945	210.220
Obrigações tributárias	11	114.383	136.824
Obrigações trabalhistas e sociais	12	49.210	67.326
Outras obrigações	13	77.639	3.632.791
Total do passivo Circulante		344.634	4.136.428
Passivo não Circulante			
Empréstimos e financiamentos			74.222
Outras obrigações	13	32.822.411	11.575.544
Títulos e valores mobiliários	14	61.653.112	55.830.050
Total do Passivo não Circulante		94.475.523	67.479.816
Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto			
Capital social subscrito	15	7.055.556	7.000.000
Capital social a Integralizar		(55.556)	-
Prejuízos Acumulados		(20.770.899)	(16.418.683)
Total do Patrimônio Líquido		(13.770.899)	(9.418.683)
Total do Passivo		81.049.258	62.197.561

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de securitização		7.613.665	3.833.788
Receita de serviços		11.089	338.855
(-) Custo de captação de recursos		(9.215.844)	(12.560.438)
(-) Deduções da receita		(20.333)	(25.304)
Receita Operacional Líquida		(1.611.423)	(8.413.099)
Lucro Bruto		(1.611.423)	(8.413.099)
Despesas gerais e administrativas		(2.362.200)	(7.254.529)
Total das Despesas Operacionais		(2.362.200)	(7.254.529)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	16	(3.973.623)	(15.667.628)
Despesas financeiras		(264.401)	(636.167)
Receitas financeiras		2.028.362	1.742.964
Resultado Financeiro Líquido	17	1.763.961	1.106.797
Receitas/Despesas não operacionais		(12.260)	(5.444)
Tributos diferidos			4.304.640
Resultado Antes das Provisões		(2.221.922)	(10.261.635)
Prejuízo Líquido do Período		(2.221.922)	(10.261.635)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em:
(Valores expressos em reais)

	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a Integralizar	Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.000.000	(8.103)	-	(6.157.047)	834.850
Resultado do Exercício				(10.261.635)	(10.261.635)
Integralização de capital		8.103			8.103
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.000.000	-	-	(16.418.683)	(9.418.683)
Resultado do Exercício				(2.221.922)	(2.221.922)
Aumento de capital social	55.556	(55.556)			-
Ajuste de Periodos Anteriores				(2.130.293)	(2.130.293)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.055.556	(55.556)	-	(20.770.899)	(13.770.899)

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em:
(Valores expressos em reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	(2.221.922)	(10.261.635)
Ajustado por:		
- Remuneração sobre debêntures	9.215.844	12.560.438
- Depreciação/Amortização	109.456	114.152
- Ajustes de exercícios anteriores	(2.130.293)	
	4.973.085	2.412.955
(Aumento)/Diminuição das Contas Ativas		
Contas a receber de clientes	(16.707.980)	11.514.916
Impostos a recuperar	(20)	(12.549)
Outros créditos	(2.161.343)	9.457.132
Ativo fiscal diferido	-	(4.304.640)
Aumento/(Diminuição) das Contas Passivas		
Obrigação com fornecedores	(50.810)	(24.818)
Obrigações tributárias	(22.441)	(101.962)
Obrigações trabalhistas e sociais	(18.116)	(186.503)
Outras obrigações	17.691.715	7.822.493
Caixa Proveniente/(usado) nas Operações	3.704.090	26.577.024
Caixa Líquido Usado Nas Atividades Operacionais	3.704.090	26.577.024
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
- Venda de ativo imobilizado	54.630	12.976
- Aquisição de ativo imobilizado	(92.764)	(26.828)
- Aquisição de ativo intangível	5.538	(338.515)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	(32.596)	(352.367)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aquisição de empréstimos e financiamentos	161.408	2.021.728
Amortização de empréstimos e financiamentos	(380.905)	(2.240.896)
Integralização de capital social		8.103
Ingresso decorrente títulos e valores mobiliários	12.963.953	91.228.915
Perdas com debentures		(111.252)
Resgate de títulos e valores mobiliários	(16.356.735)	(118.040.649)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(3.612.279)	(27.134.051)
Aumento/(Diminuição) líquido de caixa e equivalente de Caixa	59.215	(909.394)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	179.435	1.088.829
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	238.650	179.435

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1) Contexto Operacional

A Fatori Securitizadora de Créditos S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, constituída em 01 de agosto de 2017 e tem por objeto específico a (i) Exploração do negócio de Aquisição e securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, imobiliários, financeiros, agronegócio; (ii) Emissão de debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76; (iii) Realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Rua Orleans, Nº 1005, Sala 02, bairro América, na cidade de Joinville, estado de Santa Catarina, CEP: 89.204-580, inscrita no CNPJ sob o nº 29.094.830/0001-07.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Risco de Liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5 Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2025 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2025, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas

receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no

pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas
CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
CPC 24 – Evento subsequente
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade: A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações financeiras, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

I. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido- correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

II. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 4% (quatro por cento).
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento)
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2024 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais

incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são

mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

4.13 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.14 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.15 Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Banco Conta Movimento	238.650	756
Aplicação Financeira		178.679
Total de Caixa e Equivalentes	238.650	179.435

6) Direitos Creditórios a Receber

O saldo de Contas a Receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Duplicatas a receber	70.787.458	42.069.516
Outras duplicatas a receber		1.785.371
Clientes diversos - Trustee	38.631	
Clientes diversos - Fundos		8.609.282
Clientes gráfica	905.858	955.244
(-) PECLD- Perdas Créd. Liquidação Duvidosa	(9.625.213)	(10.519.866)
Operações com CCB	6.611.075	9.110.282
Total de Contas a Rebecer	68.717.809	52.009.829

b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Períodos em Dias	A Vencer	Vencidos	Total
até 30 dias	640.641	606.891	1.247.532
de 31 e 60 dias	608.452	612.924	1.221.376
de 61 e 90 dias	571.568	588.128	1.159.696
de 91 e 120 dias	561.568	433.628	995.196
de 121 e 150 dias	529.985	411.988	941.973
de 151 a 180 dias	475.032	458.798	933.830
Acima de 181 dias	5.341.117	56.877.089	62.218.206
Total Geral	8.728.365	60.867.299	68.717.809

7) Outro Créditos

O saldo de “Outros créditos” é composto por adiantamento a funcionários, adiantamento a terceiros, operações com trustee, empréstimos a pessoas ligadas, bens que a Companhia pegou em dívidas e estão destinados a venda, assim dispostos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros títulos a receber		98.500
Adiantamento a funcionários	512	3.853
Adiantamento a fornecedores	181.725	265.140
Trustee		435.617
Bens Destinados a Venda	881.600	796.600
Empréstimos a pessoas ligadas	4.602.228	1.905.012
Total de Outros créditos	5.666.065	3.504.722

8) Imobilizado

A conta “Imobilizado” é composta por:

Descrição	Taxa	31/12/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação	Residual	Residual
Equip. de proce. de dados	20%	140.276	(70.626)	69.650	81.613
Máq., Equip. e aparelhos	10%	20.055	(5.142)	14.913	15.877
Móveis e utensílios	10%	86.650	(28.264)	58.386	67.051
Veículos	20%	357.618	(174.779)	182.839	254.363
Consórcio de bens		141.362		141.362	119.569
Total do Imobilizado		745.961	(278.811)	467.150	538.473

9) Intangível

A conta de “intangível” é composta por:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023
	Custo	Amortizações Residual	Residual
Software ou Prog. de Comp.			5.538
Software em Andamento	637.943	- 637.943	637.943
Total do Intangível	637.943	- 637.943	643.481

10) Ativo Fiscal Diferido

O saldo de “ativo fiscal diferido” se referem a tributos que a Companhia entende que há o direito de compensação mediante a homologação do processo junto a secretaria da Receita Federal e está disposto da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Fiscal Diferido	4.304.640	4.304.640
Total de Ativo Fiscal Diferido	4.304.640	4.304.640

11) Obrigações Tributárias

O saldo de “Obrigações tributárias” está composto por impostos a recolher oriundos das operações da companhia:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Cofins a recolher	586	18.384
PIS a recolher	95	2.988
CSRF retido a recolher	10.975	12.319
INSS retido a recolher	1.481	1.481
IRRF retido a recolher	3.408	3.853
ISS retido a recolher	4.461	4.422
Provisão IRRF sob debêntures	93.377	93.377
Total de Obrigações Tributárias	114.383	136.824

12) Obrigações Trabalhistas e Sociais

As “Obrigações trabalhistas e sociais” referem-se a salários, provisões e encargos decorrentes da folha de pagamento dos colaboradores, estando assim disposto:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Salário e ordenados a pagar	7.321	13.495
Pró-labore a pagar	1.257	1.175
Rescisões a pagar		600
INSS a recolher	10.076	10.164
FGTS a recolher	1.597	2.090
IRRF sobre trabalho assalariado	9.698	9.456
Provisão para férias	14.299	22.529
Provisão INSS sobre férias	3.818	6.015
Provisão FGTS sobre férias	1.144	1.802
Total de Obrigações Trabalhistas e Sociais	49.210	67.326

13) Outras Obrigações

A conta “Outras Obrigações” está composta por depósitos não identificados, adiantamentos de clientes diversos, operações com trustee, contas a pagar, sendo que as contas estão dispostas da seguinte forma:

Passivo Circulante:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos não identificados	11.595	512.849
Adiantamentos de clientes diversos	27.447	12.838
Trustee	38.597	461.086
Contas a pagar		2.646.018
Total de Outras Obrigações Circulante	77.639	3.632.791

Em relação ao passivo não circulante, a companhia possui provisões para contingências e receitas diferidas de juros sobre a atividade operacional, conforme controle efetuado de acordo com a Curva dos títulos a receber:

Passivo não Circulante:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para Contingencia	201.613	472.111
Receitas Diferidas de Juros	32.620.798	11.103.433
Total de Outras Obrigações não Circulante	32.822.411	11.575.544

14) Títulos e Valores Mobiliários

Em 15 de agosto de 2018 a Companhia efetuou sua 1ª (primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 7.200 (sete mil e duzentas) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de reais), em 6 séries, sendo que cada série tem uma remuneração diferente, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 16 de agosto de 2018 a Companhia efetuou sua 2ª (segunda) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 4.800 (quatro mil e oitocentas) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), em série única, com juros remuneratórios fixos de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” e mais 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 14 de março de 2019 a Companhia efetuou sua 3ª (terceira) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 15.000 (quinze mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), em três séries, sendo que cada série tem uma remuneração diferente, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 20 de julho de 2020 a Companhia efetuou sua 4ª (quarta) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com

valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, farão jus à remuneração de 130% (cento e trinta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (“CDI”) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP. A EMISSORA pagará trimestralmente "pro-rata temporis" os juros remuneratórios, tendo como primeiro pagamento o dia 10 (dez) do 18º (décimo oitavo) mês após a integralização das debêntures. A EMISSORA pagará “pro-rata temporis” o saldo dos juros remuneratórios apurados até último dia útil anterior ao efetivo pagamento, nas hipóteses de aquisição facultativa, resgate antecipado ou vencimento antecipado, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 21 de setembro de 2020 a Companhia efetuou sua 5ª (quinta) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 1.200 (mil e duzentas) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 09 de abril de 2021 a Companhia efetuou sua 6ª (sexta) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 5.000 (cinco mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1,1% (um inteiro e um décimo por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 08 de julho de 2021 a Companhia efetuou sua 7ª (setima) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com

valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando um montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” e mais 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 13 de agosto de 2021 a Companhia efetuou sua 8ª (oitava) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 2.000 (duas mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1,3% (um inteiro e três décimos por cento) ao mês, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 01 de fevereiro de 2022 a Companhia efetuou sua 9ª (nona) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando um montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única. A base de remuneração do valor unitário das debêntures, renderão juros remuneratórios fixos de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao mês, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

Em 20 de maio de 2024 a Companhia efetuou sua 10ª (décima) Emissão Privada de Debêntures Simples, num total de 100.000 (cem mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando um montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), em 10 séries. Sendo que cada série tem uma remuneração diferente, disposta na Escritura de Debêntures e seus respectivos aditamentos.

A conta “Títulos e Valores Mobiliários” está composta da seguinte maneira:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Debêntures	44.430.000	44.766.000
Remuneração Debêntures	25.423.928	19.264.866
(-) Perdas Debêntures	(8.200.816)	(8.200.816)
Total de Títulos e Valores Mobiliários	61.653.112	55.830.050

15) Patrimônio Líquido

Capital Social - O Capital Social da companhia é de R\$ 7.055.556,00 (sete milhões cinquenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e seis reais), representado por 7.055.556 (sete milhões, cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que há ainda um valor a ser integralizado no montante de R\$ 55.556,00 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis reais).

Resultado do Exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia obteve um prejuízo no valor de R\$ 2.221.921,73 (dois milhões duzentos e vinte e um mil novecentos e vinte e um reais e setenta e três centavos).

Passivo a descoberto: Em decorrência dos resultados obtidos a companhia acumulou um saldo de R\$ 20.770.899,20 (vinte milhões setecentos e setenta mil oitocentos e noventa e nove reais e vinte centavos) em prejuízos acumulados, sendo o total do passivo a descoberto de R\$ 13.770.899,20 (treze milhões setecentos e setenta mil oitocentos e noventa e nove reais e vinte centavos) sendo que a administração está atuando no sentido de buscar a diminuição dos prejuízos acumulados ao longo dos próximos períodos.

16) Resultado Operacional

O resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, dispostas abaixo:

FATORI SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S/A
CNPJ: 29.094.830/0001-07

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacional	(1.611.423)	(8.413.099)
Receita Bruta de Securitização	7.613.665	3.833.788
Receita de serviços	11.089	338.855
(-) Dedução da Receita	(20.333)	(25.304)
(-) Custo de Captação de Recursos	(9.215.844)	(12.560.438)
Despesas Operacionais	(2.362.200)	(7.254.529)
Despesas Operacionais	(2.362.200)	(7.254.529)
Resultado Operacional	(3.973.623)	(15.667.628)

17) Resultado Financeiros

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras	2.028.362	1.742.964
Descontos obtidos	996	484
Juros Recebidos	186.509	236.045
Juros Recebidos CCB	686.017	1.053.983
Multa Recebidas CCB	511	490
Juros s/ liquidação	475.457	143.340
Juros s/ recompra		12.173
Multa s/ liquidação	678.872	130.264
Multa s/ recompra		119.817
Reversão de PCLD		46.368
Despesas Financeiras	(264.401)	(636.167)
Descontos Concedidos	(13.693)	(182.015)
Despesas Bancárias	(33.889)	(157.873)
Despesas Financeiras- CCB	(74.952)	(114.624)
Juros Pagos ou Incorridos	(40.367)	(87.304)
Multas Dedutíveis	(6.005)	(82.543)
Multas indedutíveis	(95.495)	
Despesas IOF conta Garantida		(2.295)
Encargo sobre recompra		(163)
Desconto concedidos		(9.350)
Resultado Financeiro	1.763.961	1.106.797

18) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, realizado em

condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2024, bem como os critérios para sua valorização, estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada

Contas a receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e Valores Mobiliários (nota 14): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024.

Joinville - SC, 05 de maio de 2025.

André Effting Vanderlinde
Diretor Presidente

Matheus Miguel Silvy
Contador
CRC 1-SC-044634/O-1